



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Gabinete do Ministro

Apresentação Pública do QREN

16 de Janeiro de 2007

Senhor Primeiro-Ministro

Senhores Ministros

Minhas senhoras e meus senhores

No Conselho de Ministros da passada quinta-feira, dia 11 de Janeiro, e no Conselho Extraordinário de ontem, dia 15, foram aprovados o Quadro de Referência Estratégico Nacional e os projectos dos Programas Operacionais que o consubstanciam. Portugal tem assim estabelecidas, a nível estratégico e operacional, as linhas mestras a que deverão obedecer as políticas de desenvolvimento do País no período 2007 – 2013 e que deverão reger a utilização dos fundos estruturais que as apoiam. Nesta próxima quinta-feira, dia 18 de Janeiro, conto entregar o QREN pessoalmente em Bruxelas à Senhora Comissária para a Política da Coesão, Professora Danuta Hübner. Portugal fará assim parte do grupo dos países que já enviaram à Comissão Europeia os seus QREN.

De acordo com os regulamentos comunitários, foi elaborado também um Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica dos Programas Operacionais que utilizam FEDER e Fundo de Coesão. Dado que dispomos ainda de um prazo considerável para entrega destes documentos em Bruxelas, decidimos disponibilizar, desde já, na *internet*, para efeitos de consulta pública, o QREN, os Programas Operacionais Temáticos e Regionais e o referido relatório de



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Gabinete do Ministro

Avaliação Ambiental Estratégica, beneficiando de uma discussão pública deste relatório, que decorrerá até 10 de Fevereiro. Assim, a partir de hoje, todos estes documentos ficarão disponíveis no site www.qren.pt.

O QREN 2007-2013 foi desenvolvido num contexto complexo, caracterizado por mudanças e algumas incertezas, a nível comunitário e internacional. A título de exemplo podem ser referidos um alargamento audacioso da União Europeia, as hesitações relativamente à reforma das instituições comunitárias, o aprofundamento da globalização forçando maiores interdependências entre as economias nacionais, e um desempenho da economia europeia ainda pouco satisfatório e pior que o da economia mundial.

Para além destas complexidades conjunturais, fizeram-se sentir as complexidades específicas deste novo ciclo de fundos comunitários que apresenta alterações significativas face aos anteriores Quadros Comunitários de Apoio. A exigência de uma programação mono-fundo e mono-objectivo para a generalidade dos Programas Operacionais, a necessidade de uma programação conjunta do FEDER e do Fundo de Coesão, a obrigatoriedade de obedecer a critérios quantitativos rigorosos para o financiamento da Estratégia de Lisboa (o chamado *earmarking*), e o facto de, pela primeira vez, Portugal ter regiões enquadradas em todos os tipos de objectivos da política de coesão, designadamente regiões do objectivo convergência, caso do Norte, Centro, Alentejo e Açores, regiões ditas em *phasing out*, como o Algarve, regiões em *phasing in*, como a Madeira, e regiões do objectivo competitividade e emprego, como Lisboa, são exemplos desta complexidade acrescida.

Mas cabe-nos transformar as dificuldades em oportunidades e o QREN e os Programas Operacionais hoje apresentados são, seguramente, um bom



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Gabinete do Ministro

contributo para alcançar esse objectivo. A este propósito, não posso, aliás, deixar de recordar o assinalável êxito que Portugal, e o seu Primeiro-Ministro, conseguiram alcançar no processo de negociação das perspectivas financeiras, culminando no Conselho Europeu de Dezembro de 2005 com a atribuição de um pacote financeiro para a política de coesão de cerca de 21 mil e quinhentos milhões de euros.

Desde essa data, ficou claro que é com ambição, uma ambição de que este País precisa, que assumimos as responsabilidades de preparação do novo ciclo de fundos comunitários. Não para fazer mais do mesmo, mas antes para inovar e procurar as respostas adequadas às insuficiências estruturais que o País precisa superar.

A reorientação que foi introduzida assenta em três pilares: novas prioridades estratégicas, novos princípios orientadores e novo modelo de governação.

No que se refere às novas prioridades estratégicas, o Governo assumiu como grandes desígnios a qualificação dos portugueses, o aumento da competitividade e a valorização do território. E em consonância com estas prioridades foram criados apenas três Programas Operacionais Temáticos, contrariando a tendência anterior de dispersar os fundos pelas múltiplas áreas sectoriais da governação.

No que se refere aos novos princípios orientadores, estabelecemos os da concentração, da selectividade, da viabilidade económica e sustentabilidade financeira, da coesão e valorização territoriais e da gestão e monitorização estratégica das intervenções.



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Gabinete do Ministro

No que se refere ao modelo de governação, de grande importância para a efectiva prossecução das prioridades delineadas, tomámos medidas que visam assegurar uma maior responsabilização do nível político pelas linhas de rumo da execução do QREN, acompanhada de uma maior profissionalização das estruturas de gestão. Ao mesmo tempo contraria-se uma lógica de pré-afecção, ou afecção automática, de fundos a quaisquer entidades, sejam da administração central ou local.

Saliento, a este propósito, que continua a existir um significativo envolvimento dos Municípios, mas privilegiando consistentemente uma escala supra-municipal, quer no âmbito dos projectos a financiar, quer no que se refere à participação nas estruturas de gestão, quer ainda no que diz respeito à descentralização por contratualização de actividades de gestão, em que se procura contribuir para a consolidação de uma malha sub-regional estável ao nível das NUTS III.

Como já referi, o QREN mobiliza cerca de 21 mil e quinhentos milhões de euros de financiamento comunitário. Em coerência com as linhas de rumo estabelecidas pelo Governo, a afecção das dotações financeiras respeitou três orientações principais.

Em primeiro lugar, o reforço das dotações destinadas à qualificação dos portugueses, passando o FSE a representar cerca de 37% das dotações financeiras atribuídas ao conjunto dos Fundos Estruturais (FSE e FEDER), aumentando em 10 pontos percentuais o seu peso relativamente à situação no QCA III, e correspondendo a um montante superior a 6 mil milhões de euros.



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Gabinete do Ministro

Em segundo lugar, o reforço das verbas destinadas à promoção da competitividade e do crescimento sustentado da economia portuguesa, que terá uma dotação de 5 mil e quinhentos milhões de euros, envolvendo o PO Temático Factores de Competitividade e os PO Regionais. As intervenções nesta área, financiadas pelo FEDER, passam a representar cerca de 65% deste Fundo, o que corresponde a um aumento de 12 pontos percentuais face ao QCA III.

Finalmente, em terceiro lugar, o reforço da relevância dos PO Regionais do Continente, que passam a representar cerca de 55% do total do FEDER a mobilizar no Continente, aumentando em 9 pontos percentuais a sua importância relativa face aos valores do QCA III. Devo ainda ser assinalar que a dotação de FEDER para cada um dos PO Regionais do Objectivo Convergência do Continente (isto é, para o Norte, para o Centro e para o Alentejo) aumenta 10% em termos reais face ao QCA III.

Documentos como os que hoje são apresentados não podem deixar de estar ancorados numa sólida visão estratégica que, ao mesmo tempo reflectem e consubstanciam. E esse é, seguramente, o caso dos documentos que hoje são postos à vossa consideração. Desde logo o QREN explicita os elementos essenciais dessa visão estratégica. Mas é noutros documentos de índole programática e estratégica mais abrangentes, que têm vindo a ser aprovados pelo Governo, que pode ser encontrada a verdadeira matriz que determina as opções feitas e as linhas de rumo adoptadas.

Refiro-me ao Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego, no âmbito da Estratégia de Lisboa, ao Plano Nacional de Emprego, ao Plano Nacional para a Igualdade, ao Plano Tecnológico, ao Programa Nacional da



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Gabinete do Ministro

Política de Ordenamento do Território e à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto à metodologia de elaboração deste QREN, gostaria de sublinhar a forma aberta e participada como decorreu todo o processo, contribuindo para tornar mais consistentes e consensuais as opções tomadas.

Assim, posso afirmar, sem hesitação, que se recolheu grande benefício dos debates havidos na Assembleia da República, quer em Plenário, quer em sede de Comissão Especializada. Foram também de grande utilidade o parecer do Conselho Económico e Social e os debates que tiveram lugar, tanto nesse Conselho como no Conselho Permanente da Concertação Social.

O parecer elaborado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e as muitas trocas de impressões que foram tendo lugar com os dirigentes desta associação, foram, também, muito úteis, e merecem o nosso reconhecimento. Destaco, ainda, os múltiplos contactos com associações empresariais, com muitas personalidades com conhecimento e experiência nas matérias em causa e os debates que tivemos oportunidade de realizar nos cinco Conselhos Regionais do País.

No plano de Estado, deve ser sublinhada a articulação com os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com os quais foi possível criar um clima de confiança e excelente colaboração institucional ao longo de todo o processo.



**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Gabinete do Ministro

Para terminar, uma palavra de reconhecimento muito especial para todos aqueles que, neste processo, deram o máximo de si mesmos, mostrando a sua excepcional dedicação e competência.

Para além das colaborações valiosas de todos os Ministérios e instituições públicas envolvidas, é devida uma referência muito particular e em primeiro lugar, ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Prof. Rui Baleiras, e à sua equipa. Quero referir, também, a excelente articulação estabelecida com o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e, particularmente, com o Senhor Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Dr. Fernando Medina e sua equipa. Finalmente, uma palavra de grande apreço pelo trabalho desenvolvido com excepcional profissionalismo e dedicação pelo Grupo de Trabalho do QREN e pelo seu Coordenador, Dr. Nuno Vitorino.

Em suma, uma fase particularmente complexa está concretizada e as principais decisões estão tomadas. Mas temos muito ainda para fazer. Segue-se, obviamente, a preparação dos instrumentos regulamentares que operacionalizam o QREN (mais uma oportunidade de aplicarmos o Simplex) e a necessária consensualização com as instâncias comunitárias.

Pelo caminho já percorrido, estou seguro, porém, que a excelente interação que temos mantido com a Comissão Europeia, através de múltiplos contactos formais e informais, a propósito do QREN, ao longo deste último ano, contribuirá para tornar mais célere o processo de negociação formal e a aprovação dos Programas Operacionais.

Lisboa, 16 de Janeiro de 2007
Francisco Nunes Correia